



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
AV. ENG. DOMINGOS FERREIRA, 1967, EMPRESARIAL SOUZA MELO TOWER  
BOA VIAGEM, RECIFE-PE, CEP 51111-021, (+5581) 2102-2000

## EDITAL

Processo nº 59336.004117/2024-07

### **SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025**

(Processo Administrativo nº 59336.004117/2024-07)

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

Torna-se público que a **SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE**, por meio da Diretoria de Administração - DAD, sediada na Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, nº 1967, Edifício Souza e Melo Tower, Boa Viagem, Recife-PE, CEP 51.111-021, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**Data da Sessão:**

**Horário:**

**Local:** [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

Forma de Fornecimento: Menor Preço

Código da UASG: 533014

#### **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de aparelhos, acessórios e equipamentos de fisioterapia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

#### **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.9. Não poderão disputar esta licitação:

2.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam

configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.5 e 3.9.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.14. O disposto nos itens 2.9.4 e 2.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.15. A vedação de que trata o item 2.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

- 4.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 4.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 4.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações;
- 4.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário ou desconto e total do item;

5.1.2. marca;

5.1.3. fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura

de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do grupo.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,01% (zero vírgula, zero um por cento)*.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.1. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.2. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12.4. Poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.12.5. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.6. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.7. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12.8. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.9. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2. empresas brasileiras;

6.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;



7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não

haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.16. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

7.17. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

- 8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 8.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 8.9. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 8.9.2. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.9.3. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.9.4. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.9.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas.
- 8.9.5. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 8.9.6. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.9.7. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 8.9.8. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 8.10. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 8.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.9.1.
- 8.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.14. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação

na licitação.

8.15. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. Será encaminhada Nota de Empenho, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.3. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

9.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/sudene/pt-br>

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 11.2.1. advertência;
- 11.2.2. multa;
- 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
  - 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
  - 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
  - 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações a <https://www.gov.br/pncp/pt-br/administrativas> previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [licita@sudene.gov.br](mailto:licita@sudene.gov.br).

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. Anexo I - Termo de Referência (SEI 0816544);

13.11.2. Anexo II - Modelo de Proposta (SEI 0805910).

JOSÉ LINDOSO DE ALBUQUERQUE FILHO  
Diretor de Administração



Documento assinado eletronicamente por **José Lindoso de Albuquerque Filho, Diretor de Administração**, em 06/08/2025, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.sudene.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.sudene.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0821706** e o código CRC **8AEC8807**.





MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
AV. ENG. DOMINGOS FERREIRA, 1967, EMPRESARIAL SOUZA MELO TOWER  
BOA VIAGEM, RECIFE-PE, CEP 51111-021, (+5581) 2102-2000

### TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 59336.004117/2024-07

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente contratação é a aquisição de aparelhos, acessórios e equipamentos de fisioterapia, nos termos das tabelas abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

#### LOTE I






Nº	CATMAT	IMAGEM ILUSTRATIVA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	348097		<b>ME01715A - NEURODYN II N53, 4 CANAIS, BIVOLT - IBRAMED</b>  Embalagem (CxLxA): 34.0cm x 33.5cm x 20.0cm - Peso: 2.45kg Reg. Anvisa: 10360310012 - NCM  Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	2
2	380068		<b>ME20684A - SONOPULSE 1 E 3 MHZ PORTABLE</b>  Embalagem (CxLxA): 1.0cm x 1.0cm x 1.0cm - Peso: 1.0kg - NCM: 90189099  Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
3	425235		<b>ME20645A - SONOPULSE III - IBRAMED</b>  Embalagem (CxLxA): 47.0cm x 36.0cm x 20.0cm - Peso: 2.8kg - Reg. Anvisa: 10360310025  Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	2
4	415944		<b>ME04288A - LASER RECOVER LASERTERAPIA ESTETICA - MM OPTICS</b>	1






			<p><b>Embalagem (CxLxA): 34.0cm x 29.0cm x 9.0cm - Peso: 1.0kg - Reg. Anvisa: 80051420022 - NCM: 90189099</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	
5	381310		<p><b>ME20898A02 - LAMPADA INFRAVERMELHO INFRALIGHT 150W , 220V - INFRALIGHT</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 12.0cm x 12.0cm x 15.0cm - Peso: 0.35kg - NCM: 85394900</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1
6	224806		<p><b>ME17681A - OXIMETRO DE DEDO - ADULTO MEDICLINI - BIOLAND</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 6.0cm x 3.8cm x 3.5cm - Peso: 0.04kg Reg. Anvisa: 80862260002 - NCM: 90181980</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1
7	436498		<p><b>ME03070A39-ESFIGMOMANOMETRO FECHO VELCRO, (SEM ESTETOSCOPIO), PRETO - PREMIUM</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 17.0cm x 10.5cm x 6.0cm - Peso: 0.42kg - Reg. Anvisa: 80275310022</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1
8	621132		<p><b>PA00631A - MOBILIARIO ESCADA TUBULAR, DOIS DEGRAUS, EM ACO CARBONO - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 51.0cm x 38.5cm x 8.5cm - Peso: 4.5kg - NCM: 94032090</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1

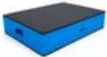
9	445568		<p><b>PA00393A - MOVEL MESA AUXILIAR , ACO CARBONO - DESMONTAVEL C/ 03 PRATEL - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 100.0cm x 43.0cm x 8.0cm - Peso: 9.45kg - NCM: 94032090</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1
10	412928		<p><b>PA00734A39 - MACA BEAUTY SPA FIXA COM REGULAGEM DE ALTURA E ORIFICIO ROSTO, PRETO - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 195.0cm x 80.0cm x 22.0cm - Peso: 41.5kg - NCM: 94029090</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	2
11	363443		<p><b>PA00671A - LADDER BARREL CLASSIC - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 124.0cm x 55.0cm x 20.0cm - Peso: 37.45kg - NCM: 94036000</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1
12	396278		<p><b>PA00519A39 - ESTOFAMENTO P/ LADDER BARREL CLASSIC, PRETO ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 68.0cm x 60.0cm x 28.0cm - Peso: 7.0kg - NCM: 94039900</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1
13	396134		<p><b>PA00518A39 - ESTOFAMENTO P/ CADEIRA COMBO CLASSIC E EVO, PRETO - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 65.0cm x 44.0cm x 8.0cm - Peso: 4.4kg - NCM: 94039900</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1
14	382247		<p><b>PA00504B - CADEIRA COMBO CLASSIC PILATES - ARKTUS</b></p>	1

			<p><b>Embalagem (CxLxA): 103.0cm x 62.0cm x 24.0cm - Peso: 34.5kg - NCM: 94036000</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	
15	444298		<p><b>PA00668A - MOBILIARIO CAMA ELASTICA, DESMONTAVEL - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 96.5cm x 96.5cm x 5.5cm - Peso: 7.0kg - NCM: 95069100</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1
16	383822		<p><b>PA00747A - BORDA PARA CAMA ELASTICA - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 23.0cm x 18.0cm x 14.0cm - Peso: 0.3kg - NCM: 95069100</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1
17	412026		<p><b>IP00428A - KIT MINI BAND 3 INTENSIDADES - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 10.0cm x 6.0cm x 20.0cm - Peso: 0.3kg - NCM: 95069100</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	4
18	438788		<p><b>ME04255A - LATEX BAND 3 FAIXAS - ACTE</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 15.0cm x 12.0cm x 6.0cm - Peso: 0.3kg - NCM: 95069100</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	3
19	465860		<p><b>IP00472A - BOLA OVERBALL 25CM - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 15.3cm x 12.0cm x 5.0cm - Peso: 0.2kg - NCM: 95066200</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	5




20	351702		<p><b>IP00436A11 - BOLA ANTI-BURST INFLAVEL COM BOMBA, 45CM - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 20.0cm x 22.0cm x 11.5cm - Peso: 0.85kg - NCM: 95066200</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1
21	280649		<p><b>IP00436A28 - BOLA ANTI-BURST INFLAVEL COM BOMBA, 65CM - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 20.0cm x 22.0cm x 11.5cm - Peso: 1.05kg - NCM: 95066200</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1
22	400769		<p><b>IP00261A - BOLA DISCO INFLAVEL PROPRIOCEPTIVO - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 34.0cm x 34.0cm x 6.5cm - Peso: 1.125kg - NCM: 95066200</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1
23	446735		<p><b>ME03518A - RODA PARA EXERCICIOS ABDOMINAIS 19 CM - ACTE</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 26.0cm x 5.5cm x 23.5cm - Peso: 0.633kg - NCM: 95069100</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1






24	357554		<p><b>IP00476A - BOLA BOSU C/ BOMBA E ALCAS - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 61.5cm x 61.5cm x 11.5cm - Peso: 6.0kg - NCM: 95066200</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1
25	468506		<p><b>ME03386A - BOLA FEIJAO 90 X 45CM - LIVEUP</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 24.0cm x 17.0cm x 12.0cm - Peso: 1.7kg - NCM: 95066200</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1
26	383835		<p><b>IP00489A - MINI BIKE PORTATIL COMPACTA - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 38.0cm x 33.5cm x 17.5cm - Peso: 2.9kg - NCM: 95069100</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	2
27	446965		<p><b>IP00438A - BICICLETA ERGOMETRICA HORIZONTAL, PARA GINASTICA - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 93.0cm x 35.0cm x 54.0cm - Peso: 30.0kg - NCM: 95069100</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1
28	357184		<p><b>ME01046A - BOLA CRAVO ANTISTRESS EM BORRACHA CORES SORTIDAS, EM BORRACHA - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 6.0cm x 6.0cm x 6.0cm - Peso: 0.032kg - NCM: 95066200</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	10

29	424779		<p><b>ME03841A - BASTAO MASSAGEADOR CRAVO TRIPLO - LIVEUP</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 0.43cm x 0.07cm x 0.07cm - Peso: 0.32kg - NCM: 95069100</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1
30	486243		<p><b>ME03576A39 - COLCHONETE FITNESS 100 X 42 X 4 CM D23, PRETO - VITTAFFLEX</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 100.0cm x 42.0cm x 4.0cm - Peso: 0.6kg - NCM: 94049000</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	2
31	436484		<p><b>00516A27 - TORNOZELEIRA NYLON, COM PESO, PAR, PARA FITNESS, 500G - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 10.0cm x 15.0cm x 11.0cm - Peso: 1.2kg - NCM: 95069900</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1
32	436484		<p><b>00516A37 - TORNOZELEIRA NYLON, COM PESO, PAR, PARA FITNESS, 1KG - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 16.0cm x 25.0cm x 10.0cm - Peso: 2.0kg - NCM: 95069900</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1
33	436484		<p><b>00516A39 - TORNOZELEIRA NYLON, COM PESO, PAR, PARA FITNESS, 2KG - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 19.0cm x 16.5cm x 15.0cm - Peso: 4.2kg - NCM: 95069900</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1


34	248590		<p><b>ME00549A62 - HALTER EMBORRACHADO - UNIDADE, 0,5KG - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 17.5cm x 5.0cm x 5.0cm - Peso: 0.597kg - NCM: 95069900</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	2
35	399138		<p><b>ME00549A37 - HALTER EMBORRACHADO - UNIDADE, 1KG - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 18.0cm x 22.0cm x 5.0cm - Peso: 1.0kg - NCM: 95069900</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	2
36	626207		<p><b>ME00549A39 - HALTER EMBORRACHADO - UNIDADE, 2KG - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 22.5cm x 7.0cm x 7.0cm - Peso: 2.0kg - NCM: 95069900</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	2
37	382108		<p><b>ME03684A - STEP EM EVA, 48X34X10CM - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 35.0cm x 49.0cm x 11.0cm - Peso: 2.3kg - NCM: 95069900</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1
38	623321		<p><b>PA00646A - TABUA PROPRIOCEPTIVA, PARA ALONGAMENTO DO TRICEPS SURAL - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 41.0cm x 41.5cm x 18.5cm - Peso: 3.5kg - Reg. Anvisa: 80284450014</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1



39	626156		<p><b>PA00643A - TABUA MECANOT. PROPRIOCEPTIVA RETANGULAR 00122A - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 41.0cm x 62.5cm x 11.5cm - Peso: 4.8kg - Reg. Anvisa: 80284450014</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1
40	618520		<p><b>PA00642B - TABUA REDONDA PROPRIOCEPTIVA - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 41.0cm x 42.0cm x 7.5cm - Peso: 1.8kg - Reg. Anvisa: 80284450014</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1
41	626156		<p><b>PA00644A - NOVA TABUA LATERAL PROPRIOCEPTIVA - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 39.0cm x 74.0cm x 13.0cm - Peso: 4.7kg - Reg. Anvisa: 80284450014 - NCM: 90191000</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1
42	625763		<p><b>ME03512A - CONES DE AGILIDADES - ACTE</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 31.0cm x 15.0cm x 15.0cm - Peso: 1.073kg - NCM: 95069100</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1
43	480266		<p><b>ME18530A01 - CHAPEU CHINES 20 CM FLEXIVEL - ALUX AMARELO</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 10.0cm x 22.0cm x 10.0cm - Peso: 0.1kg - NCM: 95069100</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	8

44	619672		<p><b>ME03532A - ESCADA PARA TREINAMENTO DE AGILIDADE 4 METROS - ACTE</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 11.0cm x 50.0cm x 19.0cm - Peso: 0.796kg - NCM: 95069100</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1
45	615612		<p><b>00570A - ROLO SOLIDO PARA PILATES, EM EVA, 94X14 CM - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 94.5cm x 14.5cm x 14.5cm - Peso: 1.7kg - NCM: 95069900</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	2
46	614568		<p><b>PA01289A - MOVEL BARRA DE LING/ESPALDAR CLASSIC 00111B - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 237.5cm x 17.0cm x 10.0cm - Peso: 21.0kg - Reg. Anvisa: 80284450010</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1
47	273770		<p><b>PA00640B - PISO PARA BARRA PARALELA CLASSIC, EM MADEIRA, REVESTIDO EM BORRACHA PRETA - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 120.0cm x 100.0cm x 6.0cm - Peso: 24.1kg - Reg. Anvisa: 80284450011</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1
48	615800		<p><b>ME03502A07 - MASSAGEADOR MANUAL 4 ESFERAS, AZUL - ACTE</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 4.5cm x 15.5cm x 4.5cm - Peso: 0.11kg - NCM: 90191000</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	2




49	617942		<p><b>IP00471A02 - EXERCITADOR DE MAOS E DEDOS HAND GRIP - ARKTUS LEVE</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 12.0cm x 13.0cm x 2.5cm - Peso: 0.08kg - NCM: 90191000</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1
50	617943		<p><b>IP00471A05 - EXERCITADOR DE MAOS E DEDOS HAND GRIP - ARKTUS MEDIO</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 12.0cm x 13.0cm x 2.5cm - Peso: 0.08kg - NCM: 90191000</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1
51	617944		<p><b>IP00471A06 - EXERCITADOR DE MAOS E DEDOS HAND GRIP - ARKTUS FORTE</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 12.0cm x 13.0cm x 2.5cm - Peso: 0.08kg - NCM: 90191000</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1
52	461309		<p><b>IP00512A - ELETRODO AUTOADESIVO 5X5 CM - 4 UN - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 18.0cm x 12.5cm x 0.2cm - Peso: 0.05kg ~ Reg. Anvisa: 80345610015</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	4
53	456279		<p><b>ME19131A - KIT VENTOSA COM 12 COPOS - BK</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 1.0cm x 1.0cm x 1.0cm - Peso: 1.0kg Reg. Anvisa: 81616210004 - NCM: 84142000</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1

54	461282		<b>ME17795A - AGULHA PARA ACUPUNTURA 0,25X30MM - 100UN - UNIQMED</b>  <b>Embalagem (CxLxA): 1.0cm x 1.0cm x 1.0cm - Peso: 1.0kg Reg. Anvisa: 10098710064 - NCM: 90183219</b>  Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1,
55	615793		<b>ME20815A - MINI MASSAGEADOR SEM FIO COM 4 PONTEIRAS + CASE -ALUX</b>  <b>Embalagem (CxLxA): 13.0cm x 5.0cm x 13.3cm - Peso: 0.523kg - NCM: 90191000</b>  Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	2

**LOTE II**

1	625307		<b>Pomada ou creme para massagem, 150g.</b>  <b>Marcas de referência: Fisiofort, Fisiocrem, Massageol ou similar.</b>  Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	20
2	478492		<b>Hidratante corporal neutro, 1kg, sem fragância.</b>  <b>Marcas de referência: Raavi, Hidramais, D'Água Natural ou similar.</b>  Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	15
3	355425		<b>Fita crepe.</b> <b>Medidas: 18 mm, 3 m</b>  Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	30
4	478150		<b>kit Kinesio Tape Fisioterapia</b> <b>Bandagem Taping Muscular nuênia</b> <b>é estagiárias cores: rosa, preto e verde.</b>	15

			Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	
5	622225		<b>Pinça para acupuntura clínica curvada</b>  Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	2
6	467154		<b>Pinça para acupuntura anatômica</b>  Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
7	370629		<b>Ponto Auricular Ouro para Acupuntura.</b>  <b>Marca de referência: ZhenMed ou de similar.</b>  Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	4
8	372047		<b>Ponto Auricular Cristal para Acupuntura</b>  <b>Marca de referência: ZhenMed ou similar.</b>  Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	4
9	620303		<b>Tintura de Benjoim, 100 ml.</b>  <b>Marcas de referência: Rioquímica, Vic Pharma ou similar.</b>  Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	12
10	370625		<b>Kit de Semente de Mostarda para Auriculoterapia</b>  <b>Marca de referência: ZhenMed ou similar.</b>  Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	20

11	289702		<p><b>Placa pequena para semente de Auriculoterapia</b></p> <p><b>Marca de referência: ZhenMed ou similar.</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	4
12	483436		<p><b>Fita ou Espadrado Micropore. Medidas: 3m - 50mm x 10m</b></p> <p><b>Marcas de referência: Cremer, Nexcare ou similar.</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	15
13	620105		<p><b>ME00864A03 - LUVA DE LÁTEX DESCARTAVEL COM PO, M - MEDIX BRASIL</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 22.0cm x 11.0cm x 6.5cm - Peso: 0.588kg - Reg. Anvisa: 80495510001</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	3

1.2. Nos termos da Súmula nº 270 do Tribunal de Contas da União, a eventual menção a marca específica tem caráter meramente referencial, sendo permitida a oferta de produto de marca diversa, desde que comprovadamente apresente qualidade igual, similar ou superior àquela indicada como parâmetro.

1.3. Para fins do disposto no Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, salienta-se que o objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.4. Trata-se de bens comuns, pois possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, mediante especificações usuais do mercado, nos termos do art. 6, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021.

1.5. Considerando o valor da licitação, e em conformidade com os arts. 42 a 49, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, combinado com o Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017, esta contratação destina-se **exclusivamente** à participação de microempresas e empresas de pequeno porte para itens cujo valor seja de até **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**.

1.6. A contratação priorizará, sempre que possível, microempresas e empresas de pequeno porte com sede local ou regional, concedendo-lhes preferência até o limite de 10% sobre o melhor preço válido, conforme disposto no art. 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/2006. Essa medida está alinhada à missão da Sudene de promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo em sua área de atuação, bem como à integração competitiva da base produtiva regional nas economias nacional e internacional, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007.

1.7. O prazo de entrega é de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação da publicação da nota de empenho.

1.8. Em caso de divergência entre a descrição do objeto especificado neste Termo de Referência e o número do CATMAT indicado, deverá prevalecer a descrição detalhada do bem constante no Termo de Referência.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - com o propósito de realizar ações de valorização aos servidores da SUDENE - elaborou o **Programa Qualidade de Vida no Trabalho: Um novo olhar**, com atividades voltadas para a saúde e o bem-estar dos seus colaboradores. O Programa faz parte do Planejamento Estratégico da SUDENE, conforme consta no Mapa Estratégico como Valorização das Pessoas com a perspectiva de Aprendizado e Crescimento (Processo n. 59336.003827/2023-21, SEI 0604882), tendo como objetivo estratégico: "Promover uma cultura organizacional voltada à valorização e ao desenvolvimento contínuo dos servidores e colaboradores".

2.2. A assistência à saúde e a qualidade de vida dos servidores públicos federais são amparadas por um conjunto robusto de leis, decretos e políticas que visam garantir um ambiente de trabalho seguro e saudável, além de proporcionar cuidados médicos e programas

de bem-estar. Para uma implementação eficaz, é fundamental que as instituições sigam essas diretrizes e busquem constantemente aprimorar as condições de trabalho e saúde dos seus servidores.

2.3. O fundamento jurídico o qual embasa esta presente ação está insculpido, preliminarmente, no **art. 196, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988)** no seguintes termos: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

2.4. Especificamente no que se refere à promoção e à proteção do direito à saúde do servidor público, o **art. 184, inciso III, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990**, que versa sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis das autarquias, dispõe que o Plano de Seguridade Social, tem como objetivo dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos o servidor e sua família, e compreende um conjunto de benefícios e ações que atendam, entre outras finalidades, **assistência à saúde**.

2.5. Além do mais, o **Decreto n. 9.991, de 28 de agosto de 2019, o qual instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP)**, entre outras ações, a promoção à saúde e qualidade de vida no trabalho. Para o que aqui interessa, salienta-se o contido no **art. 3º, § 1º, incisos I ao V e VII ao IX**, nos termos seguintes, *in verbis*:

Art. 3º Cada órgão e entidade integrante do SIPEC elaborará anualmente o respectivo PDP, que vigorará no exercício seguinte, a partir do levantamento das necessidades de desenvolvimento relacionadas à consecução dos objetivos institucionais.

§ 1º O PDP deverá:

**I - alinhar as necessidades de desenvolvimento com a estratégia do órgão ou da entidade;**

II - estabelecer objetivos e metas institucionais como referência para o planejamento das ações de desenvolvimento;

III - atender às necessidades administrativas operacionais, táticas e estratégicas, vigentes e futuras;

IV - nortear o planejamento das ações de desenvolvimento de acordo com os princípios da economicidade e da eficiência;

V - preparar os servidores para as mudanças de cenários internos e externos ao órgão ou à entidade;

[...]

VII - ofertar ações de desenvolvimento de maneira equânime aos servidores;

**VIII - acompanhar o desenvolvimento do servidor durante sua vida funcional;**

**IX - gerir os riscos referentes à implementação das ações de desenvolvimento;**

(destaques nossos)

2.6. Portanto, à luz do ordenamento jurídico pátrio, percebe-se que o legislador se preocupou com a prestação positiva de ações na área de saúde, incluindo no âmbito da Administração Pública. Nesse sentido, este programa pretende não só a identificação de potenciais condições lesivas à saúde dos servidores, como também a correção de tais eventualidades, concretizando as disposições legislativas mencionadas.

2.7. Nesse contexto, na tentativa de conciliar o interesse dos indivíduos e das organizações as instituições estão investindo em programas de qualidade de vida para melhorar o ambiente de trabalho e possibilitar o desenvolvimento dos seus servidores e colaboradores. Com isso, pretende-se equilibrar a vida pessoal com a realização profissional e, consequentemente, proporcionar a melhoria na produtividade em cumprimento ao princípio constitucional da eficiência, previsto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal. A promoção da qualidade de vida no ambiente laboral proporciona mais saúde e autoconfiança necessárias para superar os desafios da vida e melhorar as relações interpessoais.

2.8. Entre as ações propostas pelo Programa, encontra-se a necessidade de promover a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida dos servidores por meio da disponibilidade de atendimento fisioterapêutico. Tal serviço, aliás, já tem sido objeto de contratação no **Processo 59336.001566/2024-95**.

2.9. De acordo com os SEI's 0683044 e 0683052 (Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, respectivamente), trata-se de contrato cujo objeto é a prestação de serviços por profissional de Fisioterapia, na área generalista, como um serviço oferecido a todos os servidores e colaboradores, objetivando proporcionar tranquilidade, segurança e garantia de atendimento em caso de fragilidade da saúde no ambiente de trabalho, com melhoria do nível de valorização do servidor público.

2.10. Com efeito, nos termos do item 5.5 da Minuta do Termo de Referência SEI 0683052 do Processo 59336.001566/2024-95, consta expressamente que, para a perfeita execução dos serviços, a: "**Contratante disponibilizará, dentro do possível, os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a prestação dos serviços**". Ou seja, o objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

2.11. É sabido que o uso de equipamentos e insumos tem potencial de melhoria da intervenção fisioterapêutica. É esse o entendimento, por exemplo, dos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Segunda e da Décima Oitava Região - CREFITO-2 e CREFITO-18, os quais, em Parecer Técnico n.º 006, de 16 de dezembro de 2022, concluíram que:

[...]

**Deve o fisioterapeuta em sua prática clínica utilizar equipamentos e insumos registrados na ANVISA.** Sendo possível, quando o equipamento tiver o registro na ANVISA, mas, em seu manual técnico não possuir indicação/ finalidade fisioterapêutica, ser enquadrado como em uso “OFF-LABEL”, ou seja, com utilização diversa da indicação inicial.

[...]

**A utilização de equipamentos e insumos, registrados nos órgãos competentes, tem potencial para utilização do fisioterapeuta na sua prática clínica, sendo potencializadores da intervenção fisioterapêutica, respeitando a melhor evidência para o seu uso.**

O fisioterapeuta é responsável por determinar a melhor conduta frente a enfermidades e suas alterações cinético funcionais, utilizando técnica, tecnologia ou insumos, respeitando a pessoa humana e a vida.

O fisioterapeuta deve possuir todos os documentos comprobatórios de que a técnica, tecnologia ou insumos estão devidamente legalizados nos órgãos competentes, conforme legislação vigente no país.

A utilização de técnica, tecnologia e insumos quando potencializadores da intervenção clínica do fisioterapeuta, quando estas não atenderem a indicação/finalidade de uso registrada no manual técnico operacional, se enquadrará como uso “off label”, isto é, diversa daquela estabelecida.

**O fisioterapeuta deve ter a devida capacitação para utilização dos recursos, objetos deste parecer, com as certificações das capacitações advindas de Instituições de Ensino Superior, entidades nacionais de Fisioterapia, relacionadas à prática clínica, ou outras entidades, respeitando o princípio da razoabilidade.**

O fisioterapeuta deve manter o prontuário atualizado, e, todas as informações devem constar neste documento, principalmente no que diz respeito ao diagnóstico, a dose, aos parâmetros utilizados, ao TCLE, as intercorrências e demais informações relacionadas à intervenção clínica. O fisioterapeuta deve manter os equipamentos em condições de uso e com manutenção periódica e calibração, com os laudos comprobatórios de fácil acesso, bem como, comprovar a adequada armazenagem e o cuidado com a data de validade dos insumos.

(destaques não originais)

**Parecer Técnico Crefito-2 e Crefito 18 n.º 006, de 16 de dezembro de 2022:** Sobre a utilização pelo fisioterapeuta de equipamentos e insumos em sua prática clínica. Disponível em: [https://www.crefito2.gov.br/home\\_profissional/conteudo/5020](https://www.crefito2.gov.br/home_profissional/conteudo/5020).

2.12. Assim, torna-se indispensável a aquisição de tais aparelhos, acessórios e equipamentos de fisioterapia listados no Item 1.1 do TR, de modo que o objeto desta contratação em relação à contratação de profissional Fisioterapeuta se amolda ao disposto no art. 18, § 1º, inciso XI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.13. Além disso, levando em conta que o cuidado com a saúde dos colaboradores da Sudene é uma política permanente da Autarquia, a aquisição desses objetos que a Sudene ainda não possui e que são essenciais para viabilizar consultas e tratamentos fisioterapêuticos, revela-se não apenas necessária, mas também oportuna e conveniente.

2.14. Salienta-se que o objetivo desta ação é proporcionar aos servidores, seus dependentes legais, aposentados, pensionistas e colaboradores os recursos necessários para assegurar a saúde e o bem-estar, impactando positivamente na eficiência e na eficácia dos serviços oferecidos por esta Instituição, por meio da disponibilização de atendimento fisioterapêutico.

2.15. Diante disso, a Diretoria de Administração da SUDENE - DAD/CGGP/CODAS, propôs a continuidade do referido Projeto, possibilitando, entre os benefícios citados, a diminuição do absenteísmo, a promoção do melhor convívio laboral e o desenvolvimento individual dos seus colaboradores. Tal ação reflete a atenção da Instituição com o cuidado e o bem-estar do seu corpo funcional, através de uma cultura organizacional humanizada e colaborativa.

2.16. Com isso, como dito, pretende-se proporcionar o bem-estar e aumentar a qualidade de vida dos trabalhadores do quadro laboral da Sudene, com o fortalecimento da saúde, e dessa forma, auxiliando no modo de lidar com desafios cotidianos, promovendo a melhoria no desempenho do trabalho, da motivação, incentivando a busca do sucesso do corpo funcional e, por conseguinte, da Instituição.



2.17. Portanto, a contratação em tela é uma medida estratégica que visa não apenas o bem-estar dos servidores, como também a melhoria da eficiência e a produtividade da Sudene.

### 3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada nos Lotes I e II do Item 1.1 deste Termo de Referência.

### 4. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade:**

4.1. Deverá ser observado as orientações dispostas no Decreto Federal nº 9.178, de 23 de outubro de 2017, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, no que se aplica sobre o objeto da contratação.

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010:

4.3. (a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;

4.4. (b) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.5. (c) que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.6. (d) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.7. Para fins de comprovação dos itens acima, poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital, nos termos da IN nº 01/2010, art. 5º, § 1º.

#### **Indicação de marcas ou modelos:**

4.8. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), descritos na Tabela I e II do item 1.1 deste Termo de Referência. Justifica-se tal indicação por se tratarem de equipamentos e insumos registrados na ANVISA e com indicação ou finalidade fisioterapêutica, em atendimento as recomendações emanadas no já citado Parecer Técnico Crefito-2 e Crefito-18 nº 006/2022.

#### **Subcontratação:**

4.9. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação:**

4.10. Não será exigida garantia da contratação.

### 5. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega:**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, em remessa única, a contar da comunicação da publicação da nota de empenho.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, 1967, Boa Viagem, Recife - PE, 51111-021.**

5.4. Será necessário o agendamento da entrega no endereço eletrônico: [cggp@sudene.gov.br](mailto:cggp@sudene.gov.br).

5.5. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior à metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.6. Os bens serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato, que verificará sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sendo o recebimento provisório efetivado mediante Termo detalhado, denominado Termo de Recebimento Provisório, na forma do art. 140 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.7. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações do Termo de Referência e da proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (dias), a contar da notificação da CONTRATADA e às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.8. O recebimento definitivo dar-se-á no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado, denominado Termo de Recebimento Definitivo.

5.9. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.11. Não serão recebidos, em hipótese alguma, produtos com embalagem violada que prejudiquem o acondicionamento e a qualidade do produto.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica:**

5.12. O prazo de garantia contratual dos bens complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.13. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.14. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.15. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.16. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.17. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.18. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.19. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.20. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.21. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.22. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

#### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente; o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

#### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

#### **Gestor do Contrato**

6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

#### **Recebimento**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato

#### **Liquidação**

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.11.1. o prazo de validade;
- 7.11.2. a data da emissão;
- 7.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.11.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.11.5. o valor a pagar; e
- 7.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice índice de Preços ao consumidor - IPCA de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de crédito**

7.26. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.27. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.28. A eficácia da cessão de crédito *não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020*, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.29. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JI-01, de 18 de maio de 2020](#).

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

#### **Forma de fornecimento**

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

#### **Exigências de habilitação**

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.7. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.8. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8.1. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.2. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.8.4. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.8.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.9. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### **Habilitação jurídica**

8.10. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.11. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.12. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.13. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.14. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.15. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.16. **Ato de autorização:**

8.17. (a) para o exercício de atividades que realizam armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes saneantes e envase ou enchimento de fases medicinais, expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nos termos do art. 3º, caput e parágrafo único da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 16, de 1º de abril de 2014; e

8.18. (b) de Atestado de Conformidade válido para o mecanismo de avaliação da conformidade de Certificado e Relatório de ensaios emitidos por laboratório acreditado para o mecanismo de avaliação da conformidade de Declaração do Fornecedor - Produto, expedido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, conforme previsto na Portaria Inmetro nº 258, de 6 de agosto de 2020.

8.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 8.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.23. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 8.24. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.25. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.26. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.27. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.28. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 8.29. A microempresa ou empresa de pequeno porte que participar desta licitação não precisará apresentar o balanço patrimonial do último exercício social, uma vez que se trata de bens para pronta entrega, conforme estabelecido no art. 3º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

#### **Qualificação Técnica**

- 8.30. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;
- 8.31. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.32. Deverá, ainda, observar os itens 8.17 e seguintes deste Termo de Referência, conforme aplicável.
- 8.33. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 8.34. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 8.35. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.36. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- 8.37. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 8.38. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 8.39. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta.
- 8.40. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

#### **9. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 9.1. **O custo estimado total da contratação é de R\$ 49.528,73 (quarenta e nove mil, quinhentos e vinte e oito reais e setenta e três centavos).**

#### **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 10.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos e em sua proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal/Fatura, na qual constarão as indicações referentes a quantidades e valores.
- 10.2. Tomar todas as providências necessárias à fiel execução do objeto deste Termo de Referência, promovendo a substituição do mesmo, no prazo estabelecido pela fiscalização, sempre que verificada a sua desconformidade à época da entrega;
- 10.3. Orientar e instruir seus colaboradores quanto à necessidade de acatar as normas internas da Contratante;
- 10.4. Comunicar à Contratante qualquer anormalidade que vier a ocorrer na entrega do objeto e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

- 10.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);
- 10.6. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.7. Manter durante a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 10.8. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- 10.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto contratado;
- 10.10. Apresentar a Nota Fiscal/Fatura nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 10.11. Executar o objeto da contratação em estreita observância dos ditames estabelecidos pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- 10.12. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 11.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos;
- 11.2. Permitir o acesso dos colaboradores da contratada às suas dependências para a entrega dos materiais/serviços, proporcionando todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições estabelecidas;
- 11.3. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada;
- 11.4. Comunicar à contratada quaisquer irregularidades ou falhas na execução do objeto deste Termo de Referência, determinando o que for necessário à sua regularização, para que seja substituído, às suas expensas, o objeto com avarias ou defeitos;
- 11.5. Prestar à contratada, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à execução do objeto;
- 11.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do termo de contrato resultante do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 11.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, por meio de servidor designado legalmente como Representante da Administração, que atestará as Notas Fiscais/Faturas, para fins de pagamento;
- 11.8. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 11.9. Efetuar o pagamento devido pela execução do objeto, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas;
- 11.10. Verificar, antes do pagamento, a manutenção das condições de habilitação da contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF);
- 11.11. Aplicar, à contratada, as penalidades contratuais e regulamentares, quando cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 11.12. Não será admitida subcontratação de terceiro para fornecimento do objeto licitado.

## **12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)**

- 12.1. As infrações e sanções das quais estarão submetidas a Contratada são aquelas previstas nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme Aviso de Pregão Eletrônico.
- 12.2. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações previstas neste Termo de Referência ou no contrato dele decorrente, poderão ser aplicadas à contratada, garantida a ampla defesa e o contraditório, as seguintes sanções administrativas, com fundamento nos arts. 156 a 162 da Lei nº 14.133/2021:
- 12.3. **I – Advertência por escrito:**  
Será aplicada nos casos de infrações de menor gravidade, tais como atrasos pontuais na entrega dos equipamentos ou irregularidades sanáveis na documentação técnica ou fiscal, que não comprometam substancialmente a execução contratual.
- 12.4. **II – Multa moratória:**  
Incidirá na hipótese de atraso injustificado na entrega dos equipamentos fisioterapêuticos ou de quaisquer obrigações acessórias contratualmente assumidas, no valor de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, limitado ao percentual máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
- 12.5. **III – Multa compensatória:**  
Aplicável nos casos de inexecução parcial ou total do objeto contratado, especialmente quando constatada a entrega de equipamentos em desacordo com as especificações técnicas exigidas, com defeitos ou vícios ocultos não sanados no prazo estabelecido, ou ainda a ausência de instalação, calibração ou assistência técnica mínima. A multa será de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.
- 12.6. **IV – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública:**  
Será aplicada quando a contratada reincidir em condutas lesivas, descumprir cláusulas contratuais essenciais, entregar produtos inservíveis ou em desacordo com normas técnicas e sanitárias aplicáveis, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- 12.7. **V – Declaração de impedimento de licitar e contratar com a União:**  
Nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, poderá ser declarada quando a conduta da contratada configurar fraude na



execução do contrato, dolo na entrega de produtos impróprios ao uso fisioterapêutico, ou prática de atos que comprometam a saúde e segurança dos usuários dos equipamentos.

12.8. As sanções previstas nos incisos II e III poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal cabível. As multas serão descontadas dos pagamentos devidos ou, se inexistentes, cobradas judicialmente.

12.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e subsidiariamente na Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

12.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no presente instrumento ou no contrato administrativo.

### 13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: [...];
- II) Fonte de Recursos: [...];
- III) Programa de Trabalho: [...];
- IV) Elemento de Despesa: [...];
- V) Plano Interno: [...];

### 14. ANEXOS

14.1. ANEXO I - Modelo de Termo de Recebimento Provisório (SEI nº 0711352)

14.2. ANEXO II - Modelo de Termo de Recebimento Definitivo (SEI nº 0711354)

O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no art. 9º, inciso II, do Decreto nº 5.450/2005 e art. 15 da IN nº 02/2008-SLTI/MPOG, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Érika Bispo Gomes, Coordenadora**, em 30/07/2025, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.sudene.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.sudene.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0816544** e o código CRC **A12A600D**.





## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Processo nº 59336.004117/2024-07

### 1. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR: CONSIDERAÇÕES GERAIS.

1.1. O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ele serve de base ao Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

1.2. O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda – DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

1.3. Referência: Inciso XI, do art. 2º e art. 11 da IN SGD/ME nº 94/2022.

### 2. INFORMAÇÕES BÁSICAS.

2.1. A presente contratação tem por objetivo a aquisição de aparelhos, acessórios e equipamentos de fisioterapia, destinados a integrar o patrimônio da Sudene, com a finalidade de viabilizar a adequada prestação de serviços fisioterapêuticos aos seus servidores e colaboradores. A iniciativa está alinhada às diretrizes do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, que visa promover saúde, bem-estar e valorização do servidor, em consonância com o princípio constitucional da eficiência (art. 37, caput, da CF/88).

2.2. A medida complementa contrato já em trâmite (Processo SEI nº 59336.001566/2024-95), garantindo as condições materiais necessárias à execução qualificada dos atendimentos, conforme previsto no Termo de Referência (SEI 0683052). A utilização de equipamentos adequados, registrados nos órgãos competentes, é respaldada por parecer técnico dos Conselhos Regionais de Fisioterapia (CREFITO-2 e CREFITO-18), os quais destacam que tais recursos são potencializadores da intervenção clínica e fundamentais para a conduta segura, eficaz e respaldada tecnicamente pelos profissionais da área.

2.3. Além disso, considerando que o cuidado com a saúde dos colaboradores da Sudene é uma política permanente da Autarquia, a aquisição desses itens, ainda não disponíveis no acervo patrimonial, revela-se não apenas necessária, mas também oportuna e conveniente. A medida assegura infraestrutura mínima para a continuidade das ações voltadas à saúde ocupacional, contribuindo para a melhoria do ambiente de trabalho, a prevenção de doenças ocupacionais e o fortalecimento das relações institucionais pautadas na valorização humana.

### 3. ÁREA REQUISITANTE.

3.1. Setor Requisitante: **Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas.**

3.2. Responsáveis pela demanda: **Amanda Érika Bispo Gomes**, Coordenadora de Desenvolvimento, Assistência ao Servidor e Legislação de Pessoal e **Jurandir Pereira Liberal**, Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas.

### 4. REQUISITOS MÍNIMOS PARA CONTRATAÇÃO.

4.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de equipamentos e insumos fisioterapêuticos, conforme especificações constantes nas Tabelas I e II do Termo de Referência.

4.2. O prazo de entrega é de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da comunicação da publicação da nota de empenho, em remessa única, com entrega no endereço Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, 1967, Boa Viagem, Recife/PE, mediante prévio agendamento pelo e-mail: [cggp@sudene.gov.br](mailto:cggp@sudene.gov.br).

4.3. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade, na data da entrega, não poderá ser inferior à metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.4. Os bens serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato, conforme o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, sendo possível a rejeição, total ou parcial, caso estejam em desacordo com as especificações, devendo ser substituídos às expensas da contratada no prazo de 5 (cinco) dias.

4.5. O recebimento definitivo será formalizado em até 5 (cinco) dias úteis após a verificação da conformidade do material, mediante Termo de Recebimento Definitivo. A ausência de manifestação no prazo legal implicará a aceitação tácita dos bens. Embalagens violadas que comprometam a qualidade do produto não serão aceitas.

4.6. Será exigida garantia contratual mínima de 12 (doze) meses, ou superior se fornecida pelo fabricante, contada a partir do primeiro dia útil após o recebimento definitivo. Durante esse período, a contratada deverá realizar a manutenção corretiva, compreendendo substituição de peças, ajustes e reparos, sem ônus à Administração.

4.7. Em caso de necessidade de retirada do bem, o prazo para conclusão dos reparos será de até 30 (trinta) dias úteis, prorrogável uma única vez, por igual período, mediante justificativa aceita pela contratante.

4.8. Durante o prazo de reparo, deverá ser fornecido equipamento equivalente de forma provisória, garantindo a continuidade dos trabalhos. Caso não ocorra o atendimento dentro do prazo, a Administração poderá contratar terceiros para o serviço, com ressarcimento dos custos pela contratada, sem prejuízo da garantia.

4.9. O transporte dos equipamentos para assistência técnica é de responsabilidade da contratada. A garantia legal e contratual tem prazo próprio, podendo gerar responsabilizações mesmo após a vigência do contrato.

4.10. Será admitida a indicação de marcas, características ou modelos, conforme descrito no Termo de Referência, em virtude da natureza especializada dos produtos, os quais são registrados na ANVISA e possuem finalidade fisioterapêutica, conforme fundamentação técnica dos pareceres CREFITO-2 e CREFITO-18 nº 006/2022. Nos termos da Súmula TCU nº 270, a indicação de marca tem caráter referencial, sendo admitida a entrega de produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior, respeitadas as especificidades do objeto.

4.11. A subcontratação do objeto contratual não será permitida. Tampouco será exigida garantia financeira para celebração do contrato.

4.12. Por fim, devem ser observados critérios de sustentabilidade, em conformidade com o Decreto Federal nº 9.178/2017, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e a Instrução Normativa nº 01/2010.

4.13. Dentre os requisitos mínimos estão: utilização de materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis; certificação do INMETRO quanto ao menor impacto ambiental; uso de embalagens reduzidas e recicláveis; e ausência de substâncias perigosas acima dos limites definidos pela diretiva RoHS. A comprovação poderá se dar por meio de certificações reconhecidas ou documentos equivalentes, conforme o art. 5º, § 1º da IN nº 01/2010.

4.14. Ressalta-se que outros requisitos específicos relacionados à execução do objeto, às condições técnicas, operacionais, logísticas ou de desempenho, poderão estar previstos no Termo de Referência ou em demais instrumentos pactuados entre as partes, os quais complementarão as obrigações aqui descritas, devendo ser integralmente observados pela contratada durante a vigência contratual.

## 5. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE.

### a) identificação do problema:

5.1. A ausência de equipamentos e insumos fisioterapêuticos adequados tem limitado a efetividade das ações de saúde e qualidade de vida desenvolvidas no âmbito da SUDENE, notadamente no que se refere à execução dos atendimentos promovidos por profissional da área, já contratado para prestar serviços à força de trabalho da Autarquia. A falta desses recursos compromete a plena implementação do Programa “Qualidade de Vida no Trabalho: Um novo olhar”, impactando negativamente a promoção da saúde ocupacional e a valorização dos servidores, aposentados, pensionistas, colaboradores e seus dependentes legais.

### b) contextualização e motivação:

5.2. Com o objetivo de promover o bem-estar dos servidores e colaboradores, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas elaborou o Programa “Qualidade de Vida no Trabalho: Um novo olhar”, o qual integra o Planejamento Estratégico da SUDENE. Entre as ações previstas, está o atendimento fisioterapêutico, cujo contrato já foi formalizado (Processo n.º 59336.001566/2024-95). Contudo, a execução plena do serviço depende da disponibilização de equipamentos e insumos específicos, com respaldo técnico dos Conselhos Regionais de Fisioterapia (CREFITO-2 e CREFITO-18), que apontam tais recursos como potencializadores da intervenção clínica. A ausência desses materiais pode comprometer a eficiência do serviço já contratado, além de frustrar os objetivos do programa de qualidade de vida em curso.

### c) alinhamento estratégico:

5.3. A presente demanda está alinhada ao objetivo estratégico institucional de "Promover uma cultura organizacional voltada à valorização e ao desenvolvimento contínuo dos servidores e colaboradores", conforme previsto no Mapa Estratégico da SUDENE, sob a perspectiva de Aprendizado e Crescimento. Ademais, atende ao disposto no art. 3º, §1º, da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas – PNPD (Decreto n.º 9.991/2019), notadamente quanto à necessidade de alinhar ações à estratégia institucional, atender às necessidades operacionais e estratégicas do órgão e gerir os riscos relacionados à execução das políticas de valorização de pessoal. Além disso, a medida guarda consonância com os princípios constitucionais da eficiência e da dignidade da pessoa humana, promovendo um ambiente de trabalho saudável e propício ao desenvolvimento.

### d) histórico e escopo:

5.4. No exercício de 2024, foi formalizado contrato para prestação de serviços fisioterapêuticos com atuação generalista, cuja execução depende da disponibilização de materiais e equipamentos adequados, conforme previsto na minuta do Termo de Referência (SEI 0683052). A responsabilidade da contratante por fornecer, dentro do possível, os insumos necessários, está expressamente reconhecida no item 5.5 do referido documento. A presente contratação objetiva, portanto, a aquisição de aparelhos, acessórios e demais recursos fisioterapêuticos listados no item 1.1 do Termo de Referência, devidamente registrados na ANVISA, respeitando as diretrizes técnicas e sanitárias vigentes. Tal aquisição busca garantir a adequada prestação dos atendimentos clínicos aos servidores e demais beneficiários do programa, contribuindo para a diminuição do absenteísmo, o fortalecimento da cultura organizacional humanizada e o aumento da produtividade institucional. Trata-se, portanto, de medida oportuna, conveniente e necessária, já prevista no Plano Anual de Contratações da Autarquia.

## 6. NECESSIDADES DE NEGÓCIO, TECNOLÓGICA E DEMAIS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO.

### a) necessidades de negócio:

6.1. A presente contratação atende à necessidade institucional de fortalecer as ações voltadas à saúde e à qualidade de vida dos servidores e colaboradores da SUDENE, no âmbito do Programa "Qualidade de Vida no Trabalho: Um novo olhar". A ação está diretamente relacionada à promoção de bem-estar físico e emocional no ambiente organizacional, o que, por sua vez, contribui para a valorização do corpo funcional, a melhoria do clima organizacional e o aumento da produtividade, conforme os objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico da Autarquia. A aquisição dos equipamentos e insumos fisioterapêuticos se mostra fundamental para viabilizar, de forma adequada e segura, a prestação do serviço de atendimento fisioterapêutico já contratado, assegurando aos servidores condições adequadas de prevenção, recuperação e manutenção da saúde.

### b) necessidade tecnológica:

6.2. Do ponto de vista tecnológico, a demanda visa à aquisição de equipamentos e insumos fisioterapêuticos específicos, devidamente registrados na ANVISA, que possibilitem a realização de atendimentos clínicos qualificados e com respaldo técnico-científico. Os recursos a serem adquiridos devem estar em conformidade com os padrões estabelecidos pelos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO), que recomendam o uso de instrumentos e tecnologias que potencializem a intervenção fisioterapêutica, respeitando os critérios de segurança, eficácia e legalidade. A disponibilização desses itens é indispensável para a execução do serviço contratado, sendo compatível com as necessidades operacionais do programa de saúde e bem-estar da Autarquia, bem como com a infraestrutura existente.

### c) Diplomas normativos, execução e controle e acompanhamento e comprovação:

6.3. A contratação está respaldada por diversos diplomas legais e normativos, entre os quais se destacam o art. 196 da Constituição Federal, que trata do direito à saúde como um dever do Estado; o art. 184, inciso III, da Lei nº 8.112/1990, que inclui a assistência à saúde no Plano de Seguridade Social do servidor público; e o Decreto nº 9.991/2019, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, prevendo expressamente ações de promoção à saúde e qualidade de vida no trabalho. A execução contratual será acompanhada pelo setor competente da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, com apoio da fiscalização designada, que atuará na verificação do cumprimento das especificações, prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência. A comprovação da efetiva entrega e uso dos materiais será realizada por meio de registros administrativos, laudos de recebimento, relatórios de acompanhamento do serviço e eventuais prontuários clínicos mantidos pelo profissional fisioterapeuta, conforme preconizado pelos órgãos reguladores. As entregas serão recebidas provisoriamente, inspecionadas quanto à conformidade técnica, e, se aprovadas, objeto de recebimento definitivo, na forma da Lei nº 14.133/2021.

## 7. ANÁLISE DE MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR.

7.1. A equipe responsável pela contratação realizou análise preliminar de mercado com o objetivo de identificar as alternativas tecnicamente viáveis e economicamente mais adequadas para viabilizar a execução do Programa "Qualidade de Vida no Trabalho: Um novo olhar", notadamente no que tange à disponibilização de equipamentos e insumos fisioterapêuticos. Foram identificadas três possíveis soluções: (i) não realizar a contratação, o que inviabilizaria a execução plena do programa de saúde e comprometeria os objetivos estratégicos da Autarquia relacionados à valorização dos servidores; (ii) contratar empresa especializada para o aluguel dos equipamentos, alternativa que, além de representar custo recorrente mais elevado, implicaria a dependência da SUDENE em relação a terceiros para manter o serviço em funcionamento, com riscos à continuidade da política pública institucional; e (iii) **realizar a aquisição definitiva dos equipamentos, de modo a incorporá-los ao patrimônio da Autarquia, o que garante o uso continuado pelos servidores enquanto perdurarem em condições adequadas, promovendo maior autonomia, economia e sustentabilidade da ação.**

### 7.2. Solução 1 – Não contratar os equipamentos:

- Inviabiliza a execução do Programa “Qualidade de Vida no Trabalho: Um novo olhar”;
- Compromete a promoção da saúde, bem-estar e valorização dos servidores;
- Desalinha-se dos objetivos estratégicos da SUDENE e das políticas institucionais de desenvolvimento humano.

7.3. **Solução 2 – Contratar empresa para aluguel dos equipamentos:**

- Gera custos recorrentes mais elevados para a Autarquia;
- Cria dependência em relação a fornecedores terceiros, o que pode afetar a continuidade e a autonomia do programa;
- Pode implicar maior complexidade na gestão e no controle do contrato;
- Não resulta na incorporação dos bens ao patrimônio da SUDENE.

7.4. **Solução 3 – Aquisição definitiva dos equipamentos (solução escolhida):**

- Permite incorporar os equipamentos ao patrimônio da Autarquia;
- Garante uso continuado dos bens pelos servidores enquanto estiverem em condições adequadas;
- Reduz custos a médio e longo prazo, evitando despesas recorrentes com aluguel;
- Favorece maior autonomia e sustentabilidade da política de saúde e qualidade de vida;
- Atende às recomendações técnicas dos Conselhos Regionais de Fisioterapia (CREFITO-2 e CREFITO-18);
- Valor estimado enquadra-se na possibilidade de contratação direta, conforme Lei nº 14.133/2021, podendo, entretanto, ser adotada modalidade licitatória para ampliar a competitividade e garantir menor preço;
- A SUDENE promoverá disputa entre os licitantes para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa economicamente.

8. **MAPA DE RISCO.**

Risco	Fase de Análise	Probabilidade	Impacto	Dano	Ação Preventiva	Responsável	Ação de Contingência	Responsável
1. Não conformidade técnica dos equipamentos adquiridos, comprometendo a execução dos atendimentos fisioterapêuticos.	Elaboração do Termo de Referência e fiscalização da entrega	Média	Alto	Equipamentos inadequados ou irregulares, comprometendo a eficácia do programa e gerando necessidade de substituição.	Definir especificações técnicas claras; exigir certificações e registro ANVISA; realizar inspeção técnica rigorosa no recebimento.	Equipe técnica e fiscalização do contrato	Rejeição dos equipamentos; notificação para substituição imediata; aplicação de penalidades.	Fiscal do contrato
2. Atraso na entrega dos equipamentos, prejudicando o início ou continuidade dos serviços.	Planejamento da contratação e acompanhamento da execução	Alta	Médio	Interrupção ou atraso no atendimento fisioterapêutico, gerando insatisfação dos servidores e risco à saúde.	Estabelecer prazo realista; exigir comunicação antecipada; planejar cronograma.	Equipe de planejamento e fiscalização	Aplicação de multas; soluções alternativas emergenciais; possível rescisão contratual.	Fiscal do contrato e Coordenação-Geral
3. Orçamento insuficiente ou variações de preço que inviabilizem a contratação direta.	Levantamento e análise de mercado	Baixa	Médio	Revisão orçamentária; postergação da contratação; adoção de outra modalidade licitatória.	Pesquisa ampla e atualizada; margem de contingência; monitoramento de mercado.	Equipe de planejamento e setor de orçamento	Revisão do escopo; adoção de licitação adequada; negociação com fornecedores.	Equipe de planejamento
4. Falhas na fiscalização e controle da execução contratual, permitindo a entrega de produtos em desacordo.	Acompanhamento da execução contratual	Média	Alto	Aceitação de produtos inadequados, prejuízo financeiro e operacional.	Designação e capacitação do fiscal; checklists; relatórios periódicos.	Fiscal do contrato e Coordenação-Geral	Rejeição formal; acionamento para correção; aplicação de sanções contratuais.	Fiscal do contrato e Coordenação-Geral

9. **BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO.**

9.1. A contratação dos equipamentos e insumos fisioterapêuticos representa um avanço significativo para a promoção da saúde e qualidade de vida dos servidores, colaboradores, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais da SUDENE. Ao viabilizar atendimentos fisioterapêuticos adequados e tecnicamente qualificados, a medida contribuirá para a prevenção, tratamento e recuperação de condições musculoesqueléticas e outras patologias que possam comprometer o desempenho funcional dos trabalhadores.

9.2. **Entre os benefícios esperados destacam-se a redução do absenteísmo por questões de saúde, a melhoria do ambiente e clima organizacional, bem como o aumento da motivação e satisfação dos servidores no ambiente de trabalho. Esses fatores impactam diretamente na eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Autarquia, promovendo maior produtividade e qualidade na execução das atividades institucionais.**
















9.3. Além disso, a aquisição definitiva dos equipamentos reforça o compromisso da SUDENE com uma gestão sustentável e responsável, proporcionando autonomia para a continuidade das ações de saúde ocupacional, sem depender de contratos de aluguel ou fornecimento terceirizado. Tal medida fortalece a cultura organizacional de valorização das pessoas, alinhada aos objetivos estratégicos da Instituição e ao cumprimento dos princípios constitucionais da eficiência e dignidade da pessoa humana.
















9.4. Assim, a contratação traduz-se em um investimento estratégico que visa o bem-estar integral do corpo funcional, refletindo positivamente na qualidade dos serviços públicos oferecidos à sociedade.


















#### 10. ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE SERVIÇOS.

10.1. As estimativas a serem observadas estão detalhadamente descritas no Documento de Formalização da Demanda, cabendo à empresa contratada seguir integralmente os critérios e requisitos ali estabelecidos, bem como aqueles constantes deste Estudo Técnico Preliminar e demais documentos correlatos.









#### LOTE I

nº	CATMAT	Imagem ILUSTRATIVA	Descrição	Quantidade
1	348097		<b>ME01715A - NEURODYN II N53, 4 CANAIS, BIVOLT - IBRAMED</b> Embalagem (CxLxA): 34.0cm x 33.5cm x 20.0cm - Peso: 2.45kg Reg. Anvisa: 10360310012 - NCM Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	2
2	380068		<b>ME20684A - SONOPULSE 1 E 3 MHZ PORTABLE</b> Embalagem (CxLxA): 1.0cm x 1.0cm x 1.0cm - Peso: 1.0kg - NCM: 90189099 Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
3	425235		<b>ME20645A - SONOPULSE III - IBRAMED</b> Embalagem (CxLxA): 47.0cm x 36.0cm x 20.0cm - Peso: 2.8kg - Reg. Anvisa: 10360310025 Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	2
4	415944		<b>ME04288A - LASER RECOVER LASERTERAPIA ESTETICA - MM OPTICS</b> Embalagem (CxLxA): 34.0cm x 29.0cm x 9.0cm - Peso: 1.0kg - Reg. Anvisa: 80051420022 - NCM: 90189099 Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
5	381310		<b>ME20898A02 - LAMPADA INFRAVERMELHO INFRALIGHT 150W , 220V - INFRALIGHT</b> Embalagem (CxLxA): 12.0cm x 12.0cm x 15.0cm - Peso: 0.35kg - NCM: 85394900 Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
6	224806		<b>ME17681A - OXIMETRO DE DEDO - ADULTO MEDICLINI - BIOLAND</b> Embalagem (CxLxA): 6.0cm x 3.8cm x 3.5cm - Peso: 0.04kg Reg. Anvisa: 80862260002 - NCM: 90181980 Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
7	436498		<b>ME03070A39- ESFIGMOMANOMETRO FECHO VELCRO, (SEM ESTETOSCOPIO), PRETO - PREMIUM</b> Embalagem (CxLxA): 17.0cm x 10.5cm x 6.0cm - Peso: 0.42kg - Reg. Anvisa: 80275310022 Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
8	621132		<b>PA00631A - MOBILIARIO ESCADA TUBULAR, DOIS DEGRAUS, EM ACO CARBONO - ARKTUS</b> Embalagem (CxLxA): 51.0cm x 38.5cm x 8.5cm - Peso: 4.5kg - NCM: 94032090 Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
9	445568		<b>PA00393A - MOVEL MESA AUXILIAR , ACO CARBONO -DESMONTAVEL C/ 03 PRATEL - ARKTUS</b> Embalagem (CxLxA): 100.0cm x 43.0cm x 8.0cm - Peso: 9.45kg - NCM: 94032090 Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
10	412928		<b>PA00734A39 - MACA BEAUTY SPA FIXA COM REGULAGEM DE ALTURA E ORIFICIO ROSTO, PRETO - ARKTUS</b> Embalagem (CxLxA): 195.0cm x 80.0cm x 22.0cm - Peso: 41.5kg - NCM: 94029090 Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	2
11	363443		<b>PA00671A - LADDER BARREL CLASSIC - ARKTUS</b> Embalagem (CxLxA): 124.0cm x 55.0cm x 20.0cm - Peso: 37.45kg ~ NCM: 94036000 Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
12	396278		<b>PA00519A39 - ESTOFAMENTO P/ LADDER BARREL CLASSIC, PRETO ARKTUS</b> Embalagem (CxLxA): 68.0cm x 60.0cm x 28.0cm - Peso: 7.0kg ~ NCM: 94039900 Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
13	396134		<b>PA00518A39 - ESTOFAMENTO P/ CADEIRA COMBO CLASSIC E EVO, PRETO - ARKTUS</b> Embalagem (CxLxA): 65.0cm x 44.0cm x 8.0cm - Peso: 4.4kg - NCM: 94039900 Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
14	382247		<b>PA00504B - CADEIRA COMBO CLASSIC PILATES - ARKTUS</b> Embalagem (CxLxA): 103.0cm x 62.0cm x 24.0cm - Peso: 34.5kg - NCM: 94036000 Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
15	444298		<b>PA00668A - MOBILIARIO CAMA ELASTICA, DESMONTAVEL - ARKTUS</b> Embalagem (CxLxA): 96.5cm x 96.5cm x 5.5cm - Peso: 7.0kg - NCM: 95069100 Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1

16	383822		<b>PA00747A - BORDA PARA CAMA ELASTICA - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 23.0cm x 18.0cm x 14.0cm - Peso: 0.3kg - NCM: 95069100</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
17	412026		<b>IP00428A - KIT MINI BAND 3 INTENSIDADES - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 10.0cm x 6.0cm x 20.0cm - Peso: 0.3kg - NCM: 95069100</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	4
18	438788		<b>ME04255A - LATEX BAND 3 FAIXAS - ACTE</b> <b>Embalagem (CxLxA): 15.0cm x 12.0cm x 6.0cm - Peso: 0.3kg - NCM: 95069100</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	3
19	465860		<b>IP00472A - BOLA OVERBALL 25CM - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 15.3cm x 12.0cm x 5.0cm - Peso: 0.2kg - NCM: 95066200</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	5
20	351702		<b>IP00436A11 - BOLA ANTI-BURST INFLAVEL COM BOMBA, 45CM - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 20.0cm x 22.0cm x 11.5cm - Peso: 0.85kg - NCM: 95066200</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
21	280649		<b>IP00436A28 - BOLA ANTI-BURST INFLAVEL COM BOMBA, 65CM - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 20.0cm x 22.0cm x 11.5cm - Peso: 1.05kg - NCM: 95066200</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
22	400769		<b>IP00261A - BOLA DISCO INFLAVEL PROPRIOCEPTIVO - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 34.0cm x 34.0cm x 6.5cm - Peso: 1.125kg - NCM: 95066200</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
23	446735		<b>ME03518A - RODA PARA EXERCICIOS ABDOMINAIS 19 CM - ACTE</b> <b>Embalagem (CxLxA): 26.0cm x 5.5cm x 23.5cm - Peso: 0.633kg - NCM: 95069100</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
24	357554		<b>IP00476A - BOLA BOSU C/ BOMBA E ALCAS - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 61.5cm x 61.5cm x 11.5cm - Peso: 6.0kg - NCM: 95066200</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
25	468506		<b>ME03386A - BOLA FEIJAO 90 X 45CM - LIVEUP</b> <b>Embalagem (CxLxA): 24.0cm x 17.0cm x 12.0cm - Peso: 1.7kg - NCM: 95066200</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
26	383835		<b>IP00489A - MINI BIKE PORTATIL COMPACTA - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 38.0cm x 33.5cm x 17.5cm - Peso: 2.9kg - NCM: 95069100</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	2
27	446965		<b>IP00438A - BICICLETA ERGOMETRICA HORIZONTAL, PARA GINASTICA - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 93.0cm x 35.0cm x 54.0cm - Peso: 30.0kg - NCM: 95069100</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
28	357184		<b>ME01046A - BOLA CRAVO ANTISTRESS EM BORRACHA CORES SORTIDAS, EM BORRACHA - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 6.0cm x 6.0cm x 6.0cm - Peso: 0.032kg - NCM: 95066200</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	10
29	424779		<b>ME03841A - BASTAO MASSAGEADOR CRAVO TRIPLO - LIVEUP</b> <b>Embalagem (CxLxA): 0.43cm x 0.07cm x 0.07cm - Peso: 0.32kg - NCM: 95069100</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
30	486243		<b>ME03576A39 - COLCHONETE FITNESS 100 X 42 X 4 CM D23, PRETO - VITTA FLEX</b> <b>Embalagem (CxLxA): 100.0cm x 42.0cm x 4.0cm - Peso: 0.6kg - NCM: 94049000</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	2

31	436484		<b>00516A27 - TORNOZELEIRA NYLON, COM PESO, PAR, PARA FITNESS, 500G - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 10.0cm x 15.0cm x 11.0cm - Peso: 1.2kg - NCM: 95069900</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
32	436484		<b>00516A37 - TORNOZELEIRA NYLON, COM PESO, PAR, PARA FITNESS, 1KG - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 16.0cm x 25.0cm x 10.0cm - Peso: 2.0kg - NCM: 95069900</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
33	436484		<b>00516A39 - TORNOZELEIRA NYLON, COM PESO, PAR, PARA FITNESS, 2KG - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 19.0cm x 16.5cm x 15.0cm - Peso: 4.2kg - NCM: 95069900</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
34	248590		<b>ME00549A62 - HALTER EMBORRACHADO - UNIDADE, 0,5KG - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 17.5cm x 5.0cm x 5.0cm - Peso: 0.597kg - NCM: 95069900</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	2
35	399138		<b>ME00549A37 - HALTER EMBORRACHADO - UNIDADE, 1KG - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 18.0cm x 22.0cm x 5.0cm - Peso: 1.0kg - NCM: 95069900</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	2
36	626207		<b>ME00549A39 - HALTER EMBORRACHADO - UNIDADE, 2KG - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 22.5cm x 7.0cm x 7.0cm - Peso: 2.0kg - NCM: 95069900</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	2
37	382108		<b>ME03684A - STEP EM EVA, 48X34X10CM - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 35.0cm x 49.0cm x 11.0cm - Peso: 2.3kg - NCM: 95069900</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
38	623321		<b>PA00646A - TABUA PROPRIOCEPTIVA, PARA ALONGAMENTO DO TRICEPS SURAL - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 41.0cm x 41.5cm x 18.5cm - Peso: 3.5kg ~ Reg. Anvisa: 80284450014</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
39	626156		<b>PA00643A - TABUA MECANOT. PROPRIOCEPTIVA RETANGULAR 00122A - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 41.0cm x 62.5cm x 11.5cm - Peso: 4.8kg ~ Reg. Anvisa: 80284450014</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
40	618520		<b>PA00642B - TABUA REDONDA PROPRIOCEPTIVA - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 41.0cm x 42.0cm x 7.5cm - Peso: 1.8kg - Reg. Anvisa: 80284450014</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
41	626156		<b>PA00644A - NOVA TABUA LATERAL PROPRIOCEPTIVA - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 39.0cm x 74.0cm x 13.0cm - Peso: 4.7kg ~ Reg. Anvisa: 80284450014 - NCM: 90191000</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
42	625763		<b>ME03512A - CONES DE AGILIDADES - ACTE</b> <b>Embalagem (CxLxA): 31.0cm x 15.0cm x 15.0cm - Peso: 1.073kg - NCM: 95069100</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
43	480266		<b>ME18530A01 - CHAPEU CHINES 20 CM FLEXIVEL - ALUX AMARELO</b> <b>Embalagem (CxLxA): 10.0cm x 22.0cm x 10.0cm - Peso: 0.1kg - NCM: 95069100</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	8
44	619672		<b>ME03532A - ESCADA PARA TREINAMENTO DE AGILIDADE 4 METROS - ACTE</b> <b>Embalagem (CxLxA): 11.0cm x 50.0cm x 19.0cm - Peso: 0.796kg - NCM: 95069100</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
45	615612		<b>00570A - ROLO SOLIDO PARA PILATES, EM EVA, 94X14 CM - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 94.5cm x 14.5cm x 14.5cm - Peso: 1.7kg - NCM: 95069900</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	2
46	614568		<b>PA01289A - MOVEL BARRA DE LING/ESPAIDAR CLASSIC 00111B - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 237.5cm x 17.0cm x 10.0cm - Peso: 21.0kg - Reg. Anvisa: 80284450010</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
47	273770		<b>PA00640B - PISO PARA BARRA PARALELA CLASSIC, EM MADEIRA, REVESTIDO EM BORRACHA PRETA - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 120.0cm x 100.0cm x 6.0cm - Peso: 24.1kg - Reg. Anvisa: 80284450011</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1



48	615800		<b>ME03502A07 - MASSAGEADOR MANUAL 4 ESFERAS, AZUL - ACTE</b> <b>Embalagem (CxLxA): 4.5cm x 15.5cm x 4.5cm - Peso: 0.11kg - NCM: 90191000</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	2
49	617942		<b>IP00471A02 - EXERCITADOR DE MAOS E DEDOS HAND GRIP - ARKTUS LEVE</b> <b>Embalagem (CxLxA): 12.0cm x 13.0cm x 2.5cm - Peso: 0.08kg - NCM: 90191000</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
50	617943		<b>IP00471A05 - EXERCITADOR DE MAOS E DEDOS HAND GRIP - ARKTUS MEDIO</b> <b>Embalagem (CxLxA): 12.0cm x 13.0cm x 2.5cm - Peso: 0.08kg - NCM: 90191000</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
51	617944		<b>IP00471A06 - EXERCITADOR DE MAOS E DEDOS HAND GRIP - ARKTUS FORTE</b> <b>Embalagem (CxLxA): 12.0cm x 13.0cm x 2.5cm - Peso: 0.08kg - NCM: 90191000</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
52	461309		<b>IP00512A - ELETRODO AUTOADESIVO 5X5 CM - 4 UN - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 18.0cm x 12.5cm x 0.2cm - Peso: 0.05kg ~ Reg. Anvisa: 80345610015</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	4
53	456279		<b>ME19131A - KIT VENTOSA COM 12 COPOS - BK</b> <b>Embalagem (CxLxA): 1.0cm x 1.0cm x 1.0cm - Peso: 1.0kg Reg. Anvisa: 81616210004 - NCM: 84142000</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
54	461282		<b>ME17795A - AGULHA PARA ACUPUNTURA 0,25X30MM - 100UN - UNIQMED</b> <b>Embalagem (CxLxA): 1.0cm x 1.0cm x 1.0cm - Peso: 1.0kg Reg. Anvisa: 10098710064 - NCM: 90183219</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1,
55	615793		<b>ME20815A - MINI MASSAGEADOR SEM FIO COM 4 PONTEIRAS + CASE -ALUX</b> <b>Embalagem (CxLxA): 13.0cm x 5.0cm x 13.3cm - Peso: 0.523kg - NCM: 90191000</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	2

<b>LOTE II</b>				
1	625307		<b>Pomada ou creme para massagem, 150g.</b> <b>Marcas de referência: Fisiofort, Fisiocrem, Massageol ou similar.</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	20
2	478492		<b>Hidratante corporal neutro, 1kg, sem fragância.</b> <b>Marcas de referência: Raavi, Hidramais, D'Água Natural ou similar.</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	15
3	355425		<b>Fita crepe.</b> <b>Medidas: 18 mm, 3 m</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	30
4	478150		<b>kit Kinesio Tape Fisioterapia Bandagem Taping Muscular nuênia é estagiárias cores: rosa, preto e verde.</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	15
5	622225		<b>Pinça para acupuntura clínica curvada</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	2
6	467154		<b>Pinça para acupuntura anatômica</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1
7	370629		<b>Ponto Auricular Ouro para Acupuntura.</b> <b>Marca de referência: ZhenMed ou de similar.</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	4

8	372047		<b>Ponto Auricular Cristal para Acupuntura</b> <b>Marca de referência: ZhenMed ou similar.</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	4
9	620303		<b>Tintura de Benjoim, 100 ml.</b> <b>Marcas de referência: Rioquímica, Vic Pharma ou similar.</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	12
10	370625		<b>Kit de Semente de Mostarda para Auriculoterapia</b> <b>Marca de referência: ZhenMed ou similar.</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	20
11	289702		<b>Placa pequena para semente de Auriculoterapia</b> <b>Marca de referência: ZhenMed ou similar.</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	4
12	483436		<b>Fita ou Esparadrapo Micropore. Medidas: 3m - 50mm x 10m</b> <b>Marcas de referência: Cremer, Nexcare ou similar.</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	15
13	620105		<b>ME00864A03 - LUVA DE LÁTEX DESCARTAVEL COM PO, M - MEDIX BRASIL</b> <b>Embalagem (CxLxA): 22.0cm x 11.0cm x 6.5cm - Peso: 0.588kg - Reg. Anvisa: 80495510001</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	3

11. **ESTIMATIVA E CÁLCULO DOS CUSTOS TOTAIS DA CONTRATAÇÃO.**

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 49.528,73 (quarenta e nove mil, quinhentos e vinte e oito reais e setenta e três centavos), conforme SEI **0780572**.

12. **DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO.**

12.1. Assim, diante do exposto acima, entendemos ser **VIÁVEL** a contratação da solução demandada.

13. **EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO.**

13.1. Participaram da elaboração do presente ETP esta Coordenadora de Desenvolvimento, Assistência ao Servidor e Legislação de Pessoal, **Amanda Érika Bispo Gomes**, com auxílio dos colaboradores **Emerson Alexandre Eloy da Silva** e **Karina Cordeiro Lins**, revisado pelo Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas, **Jurandir Pereira Liberal**.



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Érika Bispo Gomes**, Coordenadora, em 30/07/2025, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.sudene.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.sudene.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0816710** e o código CRC **243ECE17**.





MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

MODELO DE PROPOSTA

À SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE (C.N.P.J. nº 09.263.130/0001-91),

DADOS DO PROCEDIMENTO

Pregão Eletrônico nº ...../2025  
Processo nº 59336.004117/2024-07

DADOS DA EMPRESA

Razão Social:	
Endereço Completo:	
CNPJ/CPF:	
Contato:	
Telefone:	
e-mail:	
Dados Bancários:	(banco, agência e conta)

OBJETO

LOTE I

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	<b>ME01715A - NEURODYN II N53, 4 CANAIS, BIVOLT - IBRAMED</b> <b>Embalagem (CxLxA): 34.0cm x 33.5cm x 20.0cm - Peso: 2.45kg Reg. Anvisa: 10360310012 - NCM</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	2		
2	<b>ME20684A - SONOPULSE 1 E 3 MHZ PORTABLE</b> <b>Embalagem (CxLxA): 1.0cm x 1.0cm x 1.0cm - Peso: 1.0kg - NCM: 90189099</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1		
3	<b>ME20645A - SONOPULSE III - IBRAMED</b> <b>Embalagem (CxLxA): 47.0cm x 36.0cm x 20.0cm - Peso: 2.8kg - Reg. Anvisa: 10360310025</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	2		
4	<b>ME04288A - LASER RECOVER LASERTERAPIA ESTETICA - MM OPTICS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 34.0cm x 29.0cm x 9.0cm - Peso: 1.0kg - Reg. Anvisa: 80051420022 - NCM: 90189099</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1		
5	<b>ME20898A02 - LAMPADA INFRATERMELHO INFRALIGHT 150W , 220V - INFRALIGHT</b> <b>Embalagem (CxLxA): 12.0cm x 12.0cm x 15.0cm - Peso: 0.35kg - NCM: 85394900</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1		
6	<b>ME17681A - OXIMETRO DE DEDO - ADULTO MEDICLINI - BIOLAND</b> <b>Embalagem (CxLxA): 6.0cm x 3.8cm x 3.5cm - Peso: 0.04kg Reg. Anvisa: 80862260002 - NCM: 90181980</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1		
7	<b>ME03070A39- ESFIGMOMANOMETRO FECHO VELCRO, (SEM ESTETOSCOPIO), PRETO - PREMIUM</b> <b>Embalagem (CxLxA): 17.0cm x 10.5cm x 6.0cm - Peso: 0.42kg - Reg. Anvisa: 80275310022</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1		
8	<b>PA00631A - MOBILIARIO ESCADA TUBULAR, DOIS DEGRAUS, EM AÇO CARBONO - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 51.0cm x 38.5cm x 8.5cm - Peso: 4.5kg - NCM: 94032090</b>	1		

	Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.			
9	<b>PA00393A - MOVEL MESA AUXILIAR , ACO CARBONO -DESMONTAVEL C/ 03 PRATEL - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 100.0cm x 43.0cm x 8.0cm - Peso: 9.45kg - NCM: 94032090</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1		
10	<b>PA00734A39 - MACA BEAUTY SPA FIXA COM REGULAGEM DE ALTURA E ORIFICIO ROSTO, PRETO - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 195.0cm x 80.0cm x 22.0cm - Peso: 41.5kg - NCM: 94029090</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	2		
11	<b>PA00671A - LADDER BARREL CLASSIC - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 124.0cm x 55.0cm x 20.0cm - Peso: 37.45kg - NCM: 94036000</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1		
12	<b>PA00519A39 - ESTOFAMENTO P/ LADDER BARREL CLASSIC, PRETO ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 68.0cm x 60.0cm x 28.0cm - Peso: 7.0kg - NCM: 94039900</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1		
13	<b>PA00518A39 - ESTOFAMENTO P/ CADEIRA COMBO CLASSIC E EVO, PRETO - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 65.0cm x 44.0cm x 8.0cm - Peso: 4.4kg - NCM: 94039900</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1		
14	<b>PA00504B - CADEIRA COMBO CLASSIC PILATES - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 103.0cm x 62.0cm x 24.0cm - Peso: 34.5kg - NCM: 94036000</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1		
15	<b>PA00668A - MOBILIARIO CAMA ELASTICA, DESMONTAVEL - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 96.5cm x 96.5cm x 5.5cm - Peso: 7.0kg - NCM: 95069100</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1		
16	<b>PA00747A - BORDA PARA CAMA ELASTICA - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 23.0cm x 18.0cm x 14.0cm - Peso: 0.3kg - NCM: 95069100</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1		
17	<b>IP00428A - KIT MINI BAND 3 INTENSIDADES - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 10.0cm x 6.0cm x 20.0cm - Peso: 0.3kg - NCM: 95069100</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	4		
18	<b>ME04255A - LATEX BAND 3 FAIXAS - ACTE</b> <b>Embalagem (CxLxA): 15.0cm x 12.0cm x 6.0cm - Peso: 0.3kg - NCM: 95069100</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	3		
19	<b>IP00472A - BOLA OVERBALL 25CM - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 15.3cm x 12.0cm x 5.0cm - Peso: 0.2kg - NCM: 95066200</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	5		
20	<b>IP00436A11 - BOLA ANTI-BURST INFLAVEL COM BOMBA, 45CM - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 20.0cm x 22.0cm x 11.5cm - Peso: 0.85kg - NCM: 95066200</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1		
21	<b>IP00436A28 - BOLA ANTI-BURST INFLAVEL COM BOMBA, 65CM - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 20.0cm x 22.0cm x 11.5cm - Peso: 1.05kg - NCM: 95066200</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1		
22	<b>IP00261A - BOLA DISCO INFLAVEL PROPRIOCEPTIVO - ARKTUS</b> <b>Embalagem (CxLxA): 34.0cm x 34.0cm x 6.5cm - Peso: 1.125kg - NCM: 95066200</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1		
23	<b>ME03518A - RODA PARA EXERCICIOS ABDOMINAIS 19 CM - ACTE</b> <b>Embalagem (CxLxA): 26.0cm x 5.5cm x 23.5cm - Peso: 0.633kg - NCM: 95069100</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1		

24	<p><b>IP00476A - BOLA BOSU C/ BOMBA E ALCAS - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 61.5cm x 61.5cm x 11.5cm - Peso: 6.0kg - NCM: 95066200</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1		
25	<p><b>ME03386A - BOLA FEIJAO 90 X 45CM - LIVEUP</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 24.0cm x 17.0cm x 12.0cm - Peso: 1.7kg - NCM: 95066200</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1		
26	<p><b>IP00489A - MINI BIKE PORTATIL COMPACTA - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 38.0cm x 33.5cm x 17.5cm - Peso: 2.9kg - NCM: 95069100</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	2		
27	<p><b>IP00438A - BICICLETA ERGOMETRICA HORIZONTAL, PARA GINASTICA - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 93.0cm x 35.0cm x 54.0cm - Peso: 30.0kg - NCM: 95069100</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1		
28	<p><b>ME01046A - BOLA CRAVO ANTISTRESS EM BORRACHA CORES SORTIDAS, EM BORRACHA - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 6.0cm x 6.0cm x 6.0cm - Peso: 0.032kg - NCM: 95066200</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	10		
29	<p><b>ME03841A - BASTAO MASSAGEADOR CRAVO TRIPLO - LIVEUP</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 0.43cm x 0.07cm x 0.07cm - Peso: 0.32kg - NCM: 95069100</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1		
30	<p><b>ME03576A39 - COLCHONETE FITNESS 100 X 42 X 4 CM D23, PRETO - VITTALEX</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 100.0cm x 42.0cm x 4.0cm - Peso: 0.6kg - NCM: 94049000</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	2		
31	<p><b>00516A27 - TORNOZELEIRA NYLON, COM PESO, PAR, PARA FITNESS, 500G - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 10.0cm x 15.0cm x 11.0cm - Peso: 1.2kg - NCM: 95069900</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1		
32	<p><b>00516A37 - TORNOZELEIRA NYLON, COM PESO, PAR, PARA FITNESS, 1KG - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 16.0cm x 25.0cm x 10.0cm - Peso: 2.0kg - NCM: 95069900</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1		
33	<p><b>00516A39 - TORNOZELEIRA NYLON, COM PESO, PAR, PARA FITNESS, 2KG - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 19.0cm x 16.5cm x 15.0cm - Peso: 4.2kg - NCM: 95069900</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1		
34	<p><b>ME00549A62 - HALTER EMBORRACHADO - UNIDADE, 0,5KG - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 17.5cm x 5.0cm x 5.0cm - Peso: 0.597kg - NCM: 95069900</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	2		
35	<p><b>ME00549A37 - HALTER EMBORRACHADO - UNIDADE, 1KG - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 18.0cm x 22.0cm x 5.0cm - Peso: 1.0kg - NCM: 95069900</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	2		
36	<p><b>ME00549A39 - HALTER EMBORRACHADO - UNIDADE, 2KG - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 22.5cm x 7.0cm x 7.0cm - Peso: 2.0kg - NCM: 95069900</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	2		
37	<p><b>ME03684A - STEP EM EVA, 48X34X10CM - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 35.0cm x 49.0cm x 11.0cm - Peso: 2.3kg - NCM: 95069900</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1		
38	<p><b>PA00646A - TABUA PROPRIOCEPTIVA, PARA ALONGAMENTO DO TRICEPS SURAL - ARKTUS</b></p>	1		

	<p><b>Embalagem (CxLxA): 41.0cm x 41.5cm x 18.5cm - Peso: 3.5kg ~ Reg. Anvisa: 80284450014</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>			
39	<p><b>PA00643A - TABUA MECANOT. PROPRIOCEPTIVA RETANGULAR 00122A - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 41.0cm x 62.5cm x 11.5cm - Peso: 4.8kg ~ Reg. Anvisa: 80284450014</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1		
40	<p><b>PA00642B - TABUA REDONDA PROPRIOCEPTIVA - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 41.0cm x 42.0cm x 7.5cm - Peso: 1.8kg - Reg. Anvisa: 80284450014</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1		
41	<p><b>PA00644A - NOVA TABUA LATERAL PROPRIOCEPTIVA - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 39.0cm x 74.0cm x 13.0cm - Peso: 4.7kg ~ Reg. Anvisa: 80284450014 - NCM: 90191000</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1		
42	<p><b>ME03512A - CONES DE AGILIDADES - ACTE</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 31.0cm x 15.0cm x 15.0cm - Peso: 1.073kg - NCM: 95069100</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1		
43	<p><b>ME18530A01 - CHAPEU CHINES 20 CM FLEXIVEL - ALUX AMARELO</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 10.0cm x 22.0cm x 10.0cm - Peso: 0.1kg - NCM: 95069100</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	8		
44	<p><b>ME03532A - ESCADA PARA TREINAMENTO DE AGILIDADE 4 METROS - ACTE</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 11.0cm x 50.0cm x 19.0cm - Peso: 0.796kg - NCM: 95069100</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1		
45	<p><b>00570A - ROLO SOLIDO PARA PILATES, EM EVA, 94X14 CM - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 94.5cm x 14.5cm x 14.5cm - Peso: 1.7kg - NCM: 95069900</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	2		
46	<p><b>PA01289A - MOVEL BARRA DE LING/ESPALDAR CLASSIC 00111B - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 237.5cm x 17.0cm x 10.0cm - Peso: 21.0kg - Reg. Anvisa: 80284450010</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1		
47	<p><b>PA00640B - PISO PARA BARRA PARALELA CLASSIC, EM MADEIRA, REVESTIDO EM BORRACHA PRETA - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 120.0cm x 100.0cm x 6.0cm - Peso: 24.1kg - Reg. Anvisa: 80284450011</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1		
48	<p><b>ME03502A07 - MASSAGEADOR MANUAL 4 ESFERAS, AZUL - ACTE</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 4.5cm x 15.5cm x 4.5cm - Peso: 0.11kg - NCM: 90191000</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	2		
49	<p><b>IP00471A02 - EXERCITADOR DE MAOS E DEDOS HAND GRIP - ARKTUS LEVE</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 12.0cm x 13.0cm x 2.5cm - Peso: 0.08kg - NCM: 90191000</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1		
50	<p><b>IP00471A05 - EXERCITADOR DE MAOS E DEDOS HAND GRIP - ARKTUS MEDIO</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 12.0cm x 13.0cm x 2.5cm - Peso: 0.08kg - NCM: 90191000</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1		
51	<p><b>IP00471A06 - EXERCITADOR DE MAOS E DEDOS HAND GRIP - ARKTUS FORTE</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 12.0cm x 13.0cm x 2.5cm - Peso: 0.08kg - NCM: 90191000</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1		
52	<p><b>IP00512A - ELETRODO AUTOADESIVO 5X5 CM - 4 UN - ARKTUS</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 18.0cm x 12.5cm x 0.2cm - Peso: 0.05kg ~ Reg. Anvisa: 80345610015</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	4		
53	<p><b>ME19131A - KIT VENTOSA COM 12 COPOS - BK</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 1.0cm x 1.0cm x 1.0cm - Peso: 1.0kg Reg. Anvisa: 81616210004 - NCM: 84142000</b></p> <p>Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.</p>	1		
54	<p><b>ME17795A - AGULHA PARA ACUPUNTURA 0,25X30MM - 100UN - UNIQMED</b></p> <p><b>Embalagem (CxLxA): 1.0cm x 1.0cm x 1.0cm - Peso: 1.0kg Reg. Anvisa: 10098710064 - NCM: 90183219</b></p>	1,		

	Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.			
55	<b>ME20815A - MINI MASSAGEADOR SEM FIO COM 4 PONTEIRAS + CASE -ALUX</b> <b>Embalagem (CxLxA): 13.0cm x 5.0cm x 13.3cm - Peso: 0.523kg - NCM: 90191000</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	2		
<b>Valor Total Geral (R\$)</b>				

**LOTE II**

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	<b>Pomada ou creme para massagem, 150g.</b> <b>Marcas de referência: Fisiofort, Fisiocrem, Massageol ou similar.</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	20		
2	<b>Hidratante corporal neutro, 1kg, sem fragância.</b> <b>Marcas de referência: Raavi, Hidramais, D'Água Natural ou similar.</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	15		
3	<b>Fita crepe.</b> <b>Medidas: 18 mm, 3 m</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	30		
4	<b>kit Kinesio Tape Fisioterapia Bandagem Taping Muscular nuênia é estagiárias cores: rosa, preto e verde.</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	15		
5	<b>Pinça para acupuntura clínica curvada</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	2		
6	<b>Pinça para acupuntura anatômica</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	1		
7	<b>Ponto Auricular Ouro para Acupuntura.</b> <b>Marca de referência: ZhenMed ou de similar.</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	4		
8	<b>Ponto Auricular Cristal para Acupuntura</b> <b>Marca de referência: ZhenMed ou similar.</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	4		
9	<b>Tintura de Benjoim, 100 ml.</b> <b>Marcas de referência: Rioquímica, Vic Pharma ou similar.</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	12		
10	<b>Kit de Semente de Mostarda para Auriculoterapia</b> <b>Marca de referência: ZhenMed ou similar.</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	20		
11	<b>Placa pequena para semente de Auriculoterapia</b> <b>Marca de referência: ZhenMed ou similar.</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	4		
12	<b>Fita ou Esparadrapo Micropore. Medidas: 3m - 50mm x 10m</b> <b>Marcas de referência: Cremer , Nexcare ou similar.</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	15		
13	<b>ME00864A03 - LUVAS DE LÁTEX DESCARTÁVEL COM PO, M - MEDIX BRASIL</b> <b>Embalagem (CxLxA): 22.0cm x 11.0cm x 6.5cm - Peso: 0.588kg - Reg. Anvisa: 80495510001</b> Conforme a Súmula TCU nº 270, a citação de marca tem caráter referencial, sendo admitido produto de marca diversa, desde que de qualidade igual, similar ou superior.	3		
<b>Valor Total Geral (R\$)</b>				

O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias, contado da data de apresentação da proposta.

DECLARAMOS QUE:

1. Nos preços cotados estão computando todos os custos necessários, para a execução dos serviços, bem como tributos diretos e indiretos, encargos trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir.
2. Caso minha proposta seja selecionada, comprometemo-nos a assinar Contrato ou receber instrumento equivalente.
3. Estamos cientes e concordamos com todas as condições estabelecidas no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus Anexos.

Local e data

Representante Legal



Documento assinado eletronicamente por **Mariza Fontaine Costa, Chefe de Divisão**, em 17/06/2025, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.sudene.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.sudene.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0805910** e o código CRC **CA653EA4**.